

OECD *Multilingual Summaries*

Towards Green Growth

Summary in Portuguese



Com vista a um crescimento verde

Sumário em Português

- O crescimento verde significa promover o crescimento económico e o desenvolvimento assegurando ao mesmo tempo que os ativos naturais continuam a oferecer os recursos e serviços ambientais de que o nosso bem-estar depende. Para isto, tem de estimular o investimento e a inovação que irão servir de base ao crescimento sustentável e dar origem a novas oportunidades económicas.
- O regresso a uma atitude de continuidade como se nada fosse seria insensato e, em última instância, insustentável, envolvendo riscos que poderiam impor custos humanos e limitações ao crescimento económico e ao desenvolvimento. Poderia resultar no aumento da escassez de água, em estrangulamento de recursos, poluição do ar e da água, alterações climáticas e uma perda da biodiversidade que seria irreversível; daí a necessidade de estratégias que permitam alcançar um crescimento mais verde.

Fontes de crescimento verde

O crescimento verde oferece a possibilidade de resolver desafios económicos e ecológicos e de abrir novas fontes de crescimento através dos seguintes canais:

- **Produtividade.** Incentivos para maior eficiência na utilização de recursos e ativos naturais: aumentando a produtividade, reduzindo o desperdício e o consumo de energia e disponibilizando os recursos para a utilização de mais alto valor.
- **Inovação.** Oportunidades para inovação, instigadas por políticas e condições estruturais que possibilitem novas formas de abordar problemas ecológicos.
- **Novos mercados.** Criação de novos mercados ao estimular a procura de tecnologias, bens e serviços verdes; criação de potencial para novas oportunidades de trabalho.
- **Confiança.** Reforço da confiança dos investidores através de maior previsibilidade e estabilidade no que toca à forma como os governos irão tratar as questões ambientais mais importantes.
- **Estabilidade.** Condições macroeconómicas mais equilibradas, menor volatilidade no preço dos recursos e consolidação fiscal corroborante, por exemplo, através da revisão da composição e eficiência das despesas públicas e do aumento das receitas proveniente da imposição de um preço à poluição.

Pode ainda reduzir os riscos de impactos negativos no crescimento provenientes de:

- **Estrangulamentos de recursos** que tornam o investimento mais dispendioso, como seja a necessidade de infraestrutura extremamente dispendiosa quando as reservas de água se tornarem escassas ou a sua qualidade decair (ex. equipamento de dessalinização). Neste aspeto, a perda de capital natural pode exceder os ganhos gerados pela atividade económica, enfraquecendo a capacidade de sustentar o crescimento futuro.
- **Desequilíbrios** nos sistemas naturais colocam também o risco de efeitos mais profundos, abruptos, altamente nocivos e potencialmente irreversíveis – como aconteceu com algumas populações de peixes e como poderia acontecer com os danos à biodiversidade no caso de alterações climáticas implacáveis. Tentativas de identificar potenciais limites sugerem que nalguns casos – alterações climáticas, ciclos globais do azoto e perda de diversidade – estes limites já foram ultrapassados.

Um enquadramento para o crescimento verde

Não existe uma receita geral para a implementação de estratégias para o crescimento verde. A ecologização do crescimento de uma economia depende de configurações institucionais e de políticas, do nível de desenvolvimento, da disponibilidade de recursos e de pontos de pressão ambientais específicos. Os países avançados, os países de economia emergente e os países em desenvolvimento enfrentarão desafios e oportunidades diferentes, tal como acontecerá com países com circunstâncias económicas e políticas diversas.

Existem, por outro lado, pontos comuns que necessitam de ser considerados e resolvidos em todas as circunstâncias. Acima de tudo, no centro de qualquer estratégia para o crescimento verde encontra-se uma boa política económica. Uma economia dinâmica e flexível tem mais probabilidades de crescimento e de permitir a transição para uma via de crescimento mais verde. A ecologização do crescimento exigirá uma utilização de recursos muito mais eficiente para minimizar as pressões ambientais. A utilização e gestão eficiente dos recursos constituem um objetivo central da política económica e para isto haverá muitas intervenções fiscais e regulamentares que não são normalmente associadas a uma agenda “verde”. E em todos os casos, a ação respeitante a políticas requer a análise de uma gama de políticas muito ampla, não se limita apenas a políticas tradicionalmente “verdes”.

Uma estratégia de crescimento verde centra-se em aspetos da política económica e ambiental que se reforçam mutuamente. Tem em consideração todo o valor do capital natural como fator de produção e o respetivo papel no crescimento. Centra-se em formas economicamente rentáveis de atenuar as pressões ambientais para efetuar uma transição para novos padrões de crescimento que evitem ultrapassar limites ambientais locais, regionais e globais de importância crítica.

A inovação terá um papel chave a desempenhar. A tecnologia de produção e o comportamento do consumidor atualmente existentes poderão produzir resultados positivos apenas até certo ponto; existe uma fronteira para além da qual a redução do capital natural tem consequências negativas para o crescimento global. Não sabemos exatamente onde essa fronteira se situa em todos os casos, mas sabemos que, sem inovação, a capacidade de substituição do capital

natural esgotado por capital reproduzível é limitada. Ao alargar essa fronteira, a inovação pode ajudar a separar o crescimento do esgotamento do capital natural.

Uma estratégia de crescimento verde reconhece também que o enfoque no PIB como medida de progresso económico ignora a contribuição dos ativos naturais para a riqueza, a saúde e o bem-estar. Visa, portanto, toda uma gama de medidas de progresso, que englobam a qualidade e a composição do crescimento, bem como a forma como isto afeta a riqueza e o bem-estar das pessoas. Neste e em muitos outros aspetos, o crescimento verde é um componente essencial do desenvolvimento sustentável (Quadro 1).

Os custos económicos decorrentes da emissão de alguns poluentes e da sobre-exploração de alguns recursos são relativamente bem conhecidos. Haverá benefícios claros quando forem implementadas as políticas corretas. Nalguns casos, a extensão e a cronologia dos benefícios de manter os serviços ecossistémicos – os benefícios que os seres humanos derivam da natureza – estão sujeitos a incerteza porque as interações entre os serviços ecossistémicos, as alterações climáticas e a biodiversidade são complexas. Não obstante, as medidas tomadas agora como prevenção contra ocorrências desfavoráveis, irreversíveis ou até catastróficas, podem evitar custos económicos significativos no futuro.

As decisões de política económica têm de incorporar um horizonte de mais longo prazo. Os padrões de crescimento e as alterações tecnológicas baseiam-se uns nos outros criando uma dependência de vias e uma interligação em bloco dos setores tecnológico e institucional. Os impactos ambientais são também cumulativos e às vezes irreversíveis. Isto cria ligações fortes entre as decisões de hoje e as oportunidades económicas do futuro.

Quadro 1. O crescimento verde e o desenvolvimento sustentável

O desenvolvimento sustentável proporciona um contexto importante para o crescimento verde. A Estratégia de Crescimento Verde da OCDE tira grande proveito do substancial volume de análise e de políticas que tiveram origem na Conferência do Rio, há vinte anos. Desenvolve uma agenda clara e focalizada para realizar algumas das aspirações de desenvolvimento sustentável concebidas no Rio.

O crescimento verde não é substituto do desenvolvimento sustentável, mas deve antes ser considerado como parte do mesmo. Tem um âmbito mais restrito, implicando uma agenda operacional de políticas capazes de ajudar a conseguir progresso concreto e mensurável na interface entre a economia e o ambiente. Centra-se na promoção das condições necessárias para inovação, investimento e concorrência capazes de originar novas fontes de crescimento económico – consistentes com ecossistemas resilientes.

As estratégias de crescimento verde necessitam de prestar atenção específica a muitas das questões sociais e problemas de equidade que podem surgir como resultado direto da ecologização da economia – tanto a nível nacional como internacional. Isto é essencial para uma implementação bem-sucedida das políticas de crescimento verde. As estratégias devem ser implementadas em paralelo com iniciativas centradas no pilar social mais amplo que é o desenvolvimento sustentável.

A Estratégia de Crescimento Verde cria um enquadramento de políticas executáveis concebido com vista a proporcionar um grau de flexibilidade suficiente para permitir a adaptação a circunstâncias nacionais e fases de desenvolvimento diferentes. Em parceria com iniciativas de outras organizações internacionais, entre as quais se incluem o PNUA, a UNESCAP e o Banco Mundial, o trabalho da OCDE relativo ao crescimento verde foi planeado para contribuir para os objetivos da Rio+20.

A ligação de políticas de crescimento verde a objetivos de redução da pobreza será importante para adaptar este enquadramento aos países de economia emergente e aos países em desenvolvimento. Existem complementaridades importantes entre o crescimento verde e a redução da pobreza, que podem ser capitalizadas para ajudar a impulsionar o progresso na direção dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio. Essas complementaridades incluem, por exemplo, trazer uma infraestrutura mais eficiente às pessoas (por ex. no que toca à água e ao transporte), aliviar os baixos níveis de saúde associados com a degradação ambiental e introduzir tecnologias eficazes capazes de reduzir os custos e aumentar a produtividade, aliviando ao mesmo tempo a pressão ambiental. Dado o carácter central dos ativos

naturais nos países de baixo rendimento, as políticas de crescimento verde podem reduzir a vulnerabilidade aos riscos ambientais e aumentar a segurança dos meios de subsistência dos pobres.

Pontos essenciais das estratégias de crescimento verde

As estratégias de crescimento verde necessitam de encorajar um comportamento mais ecológico por parte das empresas e dos consumidores, facilitar a realocação ordenada e justa de postos de trabalho, capital e tecnologia para atividades mais verdes e oferecer incentivos e apoios adequados à inovação verde. Políticas governamentais incorretas, limitações e distorções de mercado todas elas levam a falhas de mercado ou têm origem em tais falhas, o que significa que existe frequentemente uma lacuna entre as receitas provenientes da atividade económica para o setor privado e os benefícios globais de tal atividade para a sociedade. As políticas de crescimento verde visam fechar essa lacuna e aumentar as receitas para o investimento e a inovação “verde”. Visam igualmente minimizar as consequências distribucionais da mudança para os grupos menos favorecidos da sociedade e gerir quaisquer impactos económicos negativos para as empresas mantendo ao mesmo tempo os incentivos para um melhor desempenho económico.

A implementação de uma estratégia de crescimento verde envolverá uma combinação de instrumentos que têm a ver com dois grandes conjuntos de políticas. O primeiro conjunto inclui condições de enquadramento que reforçam mutuamente o crescimento económico e a conservação do capital natural. Incluem-se aqui configurações fiscais e regulamentares fundamentais como a política fiscal e de concorrência, que quando corretamente concebidas e executadas maximizam a alocação eficiente dos recursos. Esta é a agenda de política económica conhecida com a percepção adicional de que ela pode ser tão boa para o meio ambiente como para a economia. A estas configurações deverão adicionar-se políticas de inovação (1) que vão premiar o espírito inventivo que será necessário se quisermos usar o capital natural de modo muito mais moderado e eficiente.

O segundo conjunto abrange políticas destinadas a incentivar o uso eficiente dos recursos naturais e a tornar a poluição mais dispendiosa. Estas políticas incluem uma combinação de instrumentos baseados no preço e de outro tipo. O Anexo 1 deste relatório detalha os instrumentos de política geral para o crescimento verde incluídos nestes dois conjuntos.

Se bem que as circunstâncias nacionais sejam diferentes, colocar um preço à poluição ou à sobre-exploração de recursos naturais escassos – através de mecanismos como impostos ou sistemas de licenças negociáveis – deverá constituir um elemento central da combinação de políticas. Os mecanismos de atribuição de preço tendem a minimizar os custos de realização de um dado objetivo e oferecem incentivos para mais ganhos de eficiência e inovação. É importante o facto de que o uso cada vez maior de impostos relacionados com o ambiente pode desempenhar um papel na reforma fiscal orientada para o crescimento; ajudando a retirar (parte da) carga fiscal dos impostos sobre o rendimento das pessoas singulares e coletivas e das contribuições sociais mais distorcionárias. Os impostos sobre a energia e o CO₂ podem também fazer parte natural de um pacote de consolidação fiscal mais vasto, oferecendo uma alternativa atraente a impostos mais altos sobre o trabalho ou o rendimento das empresas ou a cortes mais profundos nas despesas públicas.

Nem todas as situações se prestam a instrumentos de mercado. Em determinados casos, uma regulamentação bem concebida, políticas ativas de apoio à tecnologia e abordagens voluntárias poderão ser mais apropriadas ou constituir um complemento importante aos instrumentos de mercado. Para além disto, a capacidade de resposta aos sinais de preço por parte das empresas e dos consumidores pode, em muitas situações, ser reforçada por medidas baseadas na informação que realcem as consequências dos danos causados ao meio ambiente por atividades específicas e a existência de alternativas mais limpas.

Mudar as compensações na economia é apenas parte da solução. As sociedades tornam-se dependentes de instituições e tecnologias que lhes são familiares. A inércia social e económica pode ser tão forte que nem mesmo grandes mudanças às compensações vão alterar o comportamento. É essencial uma forte capacidade de inovação para estabelecer a possibilidade de avanços decisivos e novos padrões de produção e consumo. A inovação pode gerar novas fontes de crescimento que reflitam melhor todo o valor do capital natural para a sociedade e reduzam os custos de resolução dos riscos para o meio ambiente. As estratégias de crescimento verde necessitam de responder aos seguintes desafios à inovação verde:

- Muitas externalidades ambientais têm preços demasiado baixos ou não têm preço nenhum. As consequências destas externalidades podem não ser devidamente compreendidas. Por exemplo, um preço imposto ao carbono pode ajudar a incentivar a inovação para resolver as alterações climáticas, mas os atuais níveis de preço do carbono são baixos, deixando uma lacuna considerável.
- Dependências históricas e o predomínio das tecnologias e sistemas existentes podem fazer com que seja muito difícil para algumas das novas tecnologias competir, estabelecer um lugar no mercado e expandir-se, razão

pela qual poderá ser necessário um apoio temporário em determinados casos. Os instrumentos de apoio à inovação têm de ser cuidadosamente concebidos para propiciar a emergência e a aceitação de tecnologias eficientes minimizando ao mesmo tempo o risco de dependência tecnológica, falta de concorrência ou exclusão do investimento privado.

- As barreiras ao comércio e ao investimento podem retardar seriamente o desenvolvimento e a difusão das tecnologias verdes a nível global. É essencial reduzir estas barreiras proporcionando ao mesmo tempo uma proteção e aplicação eficazes dos direitos de propriedade intelectual (DPI) para encorajar o desenvolvimento e difusão de tecnologias e a facilitação do investimento estrangeiro direto e do licenciamento.

A ecologização do crescimento exigirá também políticas que estabeleçam uma infraestrutura de rede apropriada para as tecnologias da próxima geração, especialmente em áreas como a energia, a água, o transporte e as redes de comunicações. Os investimentos numa infraestrutura verde podem ajudar a evitar a dependência dispendiosa de padrões de crescimento ineficazes. Podem elevar o crescimento económico e trazer benefícios sociais e de saúde. Nas economias em desenvolvimento, haverá oportunidades para saltar diretamente para novas formas de desenvolvimento da infraestrutura. Dados os investimentos em grande escala que serão necessários na maioria dos países, haverá que maximizar o financiamento público e privado através de, por exemplo, parcerias entre os setores público e privado, uma combinação de tarifas e impostos, facilitando o investimento por parte de grandes parceiros institucionais através da reforma de entraves regulamentares e de sinais robustos de políticas de longo prazo, e assistência ao desenvolvimento.

Em última instância, o que importa para o sucesso de uma estratégia de crescimento verde é um quadro de ação bem definido e um conjunto coerente de critérios de política económica e ecológica. Terá de basear-se num elevado grau de coordenação entre os ministérios e níveis de governo bem como entre intervenientes fora do governo, para identificar uma combinação de políticas adequada às condições locais. Em muitos casos, o desenvolvimento de uma capacidade institucional apropriada será uma condição essencial para integrar o crescimento verde em estratégias económicas e outras políticas governamentais fulcrais e para assegurar um papel de liderança para as agências financeiras, económicas e ambientais.

Assegurar uma transição ordenada no mercado de trabalho

Um crescimento mais verde assistirá à criação de novos postos de trabalho, incluindo postos de trabalho especializados em atividades inovadoras verdes emergentes. Mas alguns postos de trabalho ficarão em risco, pelo que haverá necessidade de facilitar a realocação de trabalhadores dos setores em contração para os setores em expansão, como sejam os que substituem as atividades poluentes por alternativas mais limpas, ou que fornecem serviços ecológicos.

As políticas referentes ao mercado de trabalho deverão centrar-se na preservação do emprego e não de postos de trabalho. Têm de assegurar que os trabalhadores e as empresas são capazes de se adaptar rapidamente às mudanças introduzidas pela ecologização da economia, incluindo através do aproveitamento de novas oportunidades. Ao ajudar os trabalhadores a passar de postos de trabalho em setores que se encontrem em contração para postos de trabalho em setores em expansão, podem também ajudar a assegurar uma distribuição equitativa dos custos de adaptação ocasionados pela transição (2). Serão necessárias novas competências e isto exigirá políticas educativas apropriadas. Se bem que muitas das atuais competências permanecerão apropriadas, poderão surgir desencontros e lacunas. Os programas de formação e requalificação serão um componente chave das políticas referentes ao mercado de trabalho.

A dimensão do ajuste não deve ser exagerada. Por exemplo, é possível conseguir reduções significativas das emissões de gases com efeito de estufa com apenas efeitos limitados no ritmo de crescimento do emprego. De facto, o desempenho do mercado de trabalho poderá melhorar se as receitas do preço imposto ao carbono forem usadas para promover a procura de mão-de-obra. Para além de que isto não toma em consideração o impacto positivo no emprego resultante das estratégias que promovem as fontes de crescimento verde.

Tratar dos aspetos distribucionais

Explicar de forma satisfatória os impactos distribucionais da ecologização do crescimento será crucial para a respetiva aceitação pelo público. Existe uma perceção generalizada de que os efeitos distribucionais de alguns instrumentos de política serão inevitavelmente regressivos. Isto não é necessariamente o caso, mas a não ser que estas preocupações sejam respondidas a aceitabilidade de algumas políticas-chave poderá ser posta em causa.

Por exemplo, a retirada gradual de subsídios aos combustíveis fósseis terá impactos positivos no ambiente e na economia no seu conjunto, mas poderá trazer consequências negativas para algumas nações ou grupos populacionais

a curto prazo. A perda causada por preços de combustível mais elevados será imediatamente óbvia e significativa para alguns, mas os ganhos económicos, sociais e ecológicos levarão mais tempo a evidenciar-se e serão mais difusos. Será necessário introduzir medidas de compensação focalizadas, especialmente nos mercados emergentes em que algumas populações são especialmente vulneráveis aos custos de transição associados com a ecologização do crescimento.

Cooperação internacional para o crescimento verde

A criação de uma arquitetura global conducente ao crescimento verde exigirá maior cooperação internacional. O reforço de medidas para a gestão de bens públicos globais, especialmente na biodiversidade e no clima, constitui a chave para resolver problemas de coordenação e incentivos. Os acordos conseguidos em Cancun relativamente às alterações climáticas são razão para sermos otimistas e acreditarmos que é possível fazer progressos, mas são necessários esforços continuados. Em especial os fluxos financeiros necessitam de se tornar um motor para o crescimento e desenvolvimento assim como um incentivo para manter a qualidade dos bens comuns a todo o planeta.

A Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) pode continuar a desempenhar um papel importante para criar condições propícias ao crescimento verde, centrando-se em áreas em que os incentivos ao investimento privado são limitados e os fluxos são escassos, incluindo a criação de infraestrutura essencial e de capacidades humanas e institucionais. A maior cooperação na ciência e na tecnologia necessitará de ser acentuada por abordagens mais concertadas para acelerar o desenvolvimento e a difusão da tecnologia e criar capacidade de pesquisa nos países em desenvolvimento.

Maiores esforços para reforçar o comércio global e os fluxos de investimento poderiam ajudar a apoiar o crescimento sustentável e a difusão das tecnologias verdes. É também necessário assegurar que as perspetivas de desenvolvimento dos países de baixo rendimento não são afetadas pelas potenciais repercussões de medidas domésticas relativas ao comércio e ao investimento. Alguns países expressaram uma preocupação de que o comércio e o investimento poderiam ser afetados se a agenda política do crescimento verde viesse a ser dominada por interesses protecionistas.

Se bem que o protecionismo no investimento associado com políticas de crescimento verde não se tenha revelado até à data como um problema importante, deve-se encorajar uma vigilância continuada. A Mesa-Redonda organizada pela OCDE sobre a Liberdade de Investimento continuará a monitorizar as medidas de investimento para assegurar que não são usadas como protecionismo disfarçado. A sua recente comunicação “Harnessing Freedom of Investment for Green Growth” (Usar a Liberdade de Investimento como Fator de Crescimento Verde”) destinada a tornar coesivos os objetivos das políticas governamentais relativas ao ambiente e ao investimento é reproduzida no Anexo 2.

Monitorizar o progresso com vista a um crescimento verde

A monitorização do progresso com vista a um crescimento verde deverá usar grupos de indicadores que descrevam e façam o seguimento de alterações nos seguintes campos: (i) produtividade na utilização de ativos ambientais e recursos naturais; (ii) a base de ativos naturais; (iii) as dimensões ambientais da qualidade de vida; (iv) respostas de políticas e oportunidades económicas. Para cada um destes grupos, foi proposta uma lista de indicadores num relatório intitulado *Towards Green Growth: Monitoring progress - OECD Indicators* (Com vista ao desenvolvimento verde: Monitorização do progresso – Indicadores da OCDE). Isto é trabalho em curso e irá sendo aperfeiçoado à medida que os dados vão estando disponíveis e os conceitos evoluam.

O trabalho realizado até à data sugere que a produtividade ambiental e de recursos têm vindo a aumentar. Se bem que existam diferenças significativas entre os países, o aumento do PIB e de outras medições de resultados tende a ultrapassar o aumento das entradas ambientais no sistema de produção. No entanto, o melhoramento na produtividade ambiental não tem sido acompanhado por reduções absolutas na pressão ambiental ou pela utilização sustentável de alguns recursos naturais.

Os indicadores que medem a “economia verde” têm de ser interpretados com cuidado. Quando avaliada simplesmente com base na dimensão das indústrias envolvidas na produção de bens e serviços ecológicos, a atual “economia verde” é relativamente pequena. Porém, as oportunidades económicas, o empreendedorismo e a inovação, juntamente com o crescimento verde, podem surgir em todos os setores pelo que uma avaliação baseada nas indústrias verdes subestima a importância económica das atividades relacionadas com o ambiente.

Próximas etapas da Estratégia de Crescimento Verde

Para terem êxito, as estratégias nacionais de crescimento verde terão de ser integradas nas políticas gerais do governo. A OCDE pode contribuir para isto de diversas formas. O enquadramento e as perspectivas relativas a políticas do Relatório Síntese podem ser adaptados às circunstâncias específicas dos países e fornecer orientação para uma análise continuada sob a forma de revisões dos países. Esse trabalho pode oferecer oportunidades para uma avaliação aprofundada da forma como as políticas estão (ou não) a funcionar em conjunto para impulsionar o crescimento verde. O desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos para o crescimento verde que acompanham esta estratégia podem também apoiar a implementação de políticas a nível nacional.

A experiência ganha através das revisões de países e da avaliação geral das políticas poderiam levar ao desenvolvimento de um recurso analítico que identificasse prioridades relativas a políticas específicas dos países com base numa análise transnacional e na compreensão daquilo que constitui boa prática. Isto beneficiaria do trabalho continuado em indicadores de crescimento verde e questões de medição. Na verdade, há uma agenda de medição importante que surge do confronto dos indicadores com os dados disponíveis e comparáveis a nível internacional. A OCDE irá promover a agenda de medição nos anos futuros para melhorar as possibilidades de acompanhar a transição para o crescimento verde nas economias da OCDE e de outros países.

É também necessário realizar mais trabalho de análise dos custos e benefícios de diversos instrumentos de política. Além de que, o trabalho realizado por estudos de questões e setores específicos produzirá conhecimentos mais concretos das implicações do crescimento verde nalgumas áreas. As prioridades iniciais incluem a alimentação e a agricultura, o setor da energia, a água, a biodiversidade e a cooperação para o desenvolvimento bem como as políticas que regem o desenvolvimento das cidades e das áreas rurais.

Finalmente, o trabalho futuro da OCDE relativamente ao crescimento verde basear-se-á numa colaboração aprofundada com outras organizações internacionais, incluindo agências das Nações Unidas, o Banco Mundial e o Instituto Global para o Crescimento Verde, bem como diversas outras partes interessadas, para facilitar a troca de experiências e boas práticas e para ajudar a promover medidas internacionais conducentes ao crescimento verde tanto nos países desenvolvidos como nos países em desenvolvimento.

Notes:

- (1) Entre estas incluem-se políticas de inovação robustas elaboradas no documento *OECD Innovation Strategy*.
- (2) Para isto, poderão ser úteis as lições da *OECD Reassessed Job Strategy*.

© OECD

Este sumário não é uma tradução oficial da OCDE.

A reprodução deste sumário é permitida desde que sejam mencionados o copyright da OCDE e o título da publicação original.

Os sumários multilingües são traduções dos excertos da publicação original da OCDE, publicada originariamente em Inglês e Francês.

Encontram-se livremente disponíveis na livraria on-line da OCDE www.oecd.org/bookshop

Para mais informações, entre em contato com a OECD Rights and Translation unit, Public Affairs and Communications Directorate.rights@oecd.org Fax: +33 (0)1 45 24 99 30.

OECD Rights and Translation unit (PAC)
2 rue André-Pascal, 75116
Paris, France

Visite nosso sítio www.oecd.org/rights/

